

**Rafael, Ulisses Neves.** *Xangô rezado baixo: religião e política na Primeira República*. São Cristóvão: Editora UFS; Maceió: EDUFAL, 2012. 277 pp.

Quando Gonçalves Fernandes visitou Maceió, em 1939, verificou a existência de uma modalidade religiosa que denominou de “xangô rezado baixo.” Tendo já publicado dois livros sobre as religiões dos orixás e sobre o catimbó, bem como participado da equipe de Ulisses Pernambucano no trabalho com os xangôs do Recife, essa modalidade religiosa naturalmente chamou a atenção do estudioso. Em seu livro *O sincretismo religioso no Brasil*, afirma que as cerimônias eram cercadas de mistérios e segredos e, de certa forma, muito contidas, não presenciando toques de tambores, danças e cantos, tão marcantes em outros candomblés Brasil afora. Com um número de adeptos muito restrito, o culto teria maior finalidade mágico-curativa, chamando a atenção de Fernandes “uma atitude puramente passiva de participação.” Ainda que não tivesse de todo desaparecido o sacrifício, quem recebia o sangue não era o símbolo de exu, mas um prato de sopa, “como em todo Nordeste pacatamente se mata galinha em qualquer cozinha.” Assim, os xangôs passavam despercebidos “em seu curso e vida” (Fernandes, *Xangôs do Nordeste*, Rio de Janeiro, 1937, *O folclore mágico do Nordeste*, Rio de Janeiro, 1938, e *Sincretismo religioso no Brasil*, São Paulo, 1941).

Como explicar tal manifestação religiosa? Por que suas cerimônias eram tão “silenciosas”? Ao longo dos anos, essa modalidade religiosa ficou conhecida como “xangô rezado baixo,” e foi tida como uma característica específica, ou própria, do xangô alagoano. Para Fernandes, a mesma era resultado da grande perseguição desencadeada em 1912, conhecida como “o Quebra,” que fez com que os negros de Alagoas dissimulassem suas práticas. Mas as questões acima também foram silenciadas por muitos anos nos estudos históricos e antropológicos que tomavam Alagoas como objeto de discussão. O que levou a este silenciamento?

Estas são algumas das questões que Ulisses Neves Rafael intenciona responder em seu livro *Xangô rezado baixo: religião e política na Primeira República*, além de, evidentemente, questionar o silêncio que envolveu as religiões de negros e negras em Alagoas. Resultado de uma tese de doutorado defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o presente livro é já considerado trabalho responsável por uma virada nos estudos das religiões afro-brasileiras em Alagoas, mais especificamente em Maceió, não apenas por trazer à tona uma história que por muito tempo fora silenciada, mas por buscar compreendê-la problematizando e questionando quais as relações de poder que envolveram as perseguições a essa religiões durante a Primeira República.

O Quebra de 1912 foi um importante acontecimento na história das perseguições às religiões de matriz africana no Brasil, que resultou na invasão e destruição dos principais terreiros de xangô em Maceió. Em um período de intensa perseguição às religiões de matriz africana causa incômodo e estranhamento o “esquecimento” deste fato, como se não fizesse parte da história de negros e negras no Brasil. Faltava um estudo que a ele se dedicasse, para podermos melhor

situar essas perseguições em todo o Brasil, sem perder de vista as especificidades locais. O livro em questão vai dar conta disso.

A invasão foi conduzida por grupos de populares ligados aos membros da Liga dos Republicanos Combatentes, uma espécie de facção paramilitar que tinha por finalidade política promover agitações de populares contra o governador Euclides Malta, chefe do Partido Republicano de Alagoas, então em seu terceiro mandato. Naquele primeiro dia de fevereiro de 1912, já tarde da noite, ouviram-se repetidas vezes os gritos de “Quebra!” que motivavam os grupos de populares a percorrerem as ruas da capital de Alagoas em busca dos terreiros, acabando com as cerimônias que estivessem ocorrendo, destruindo os objetos religiosos e ferindo muitos pais e mães de santo. Mais de trinta desses centros religiosos tornaram-se alvo dos ataques e foram completamente destruídos. Nos dias seguintes, o espólio do “Quebra” ficou exposto à visitação pública na redação do *Jornal de Alagoas*, motivo de chacota e zombaria: tambores e outros instrumentos musicais, louças, símbolos dos orixás, todo o material que fazia parte das cerimônias religiosas e que estavam nos pejis das casas. Nos anos seguintes reinou o silêncio em Maceió. Os maracatus deixaram de sair no carnaval, os terreiros se adaptaram a essa modalidade religiosa que ficou conhecida como “xangô rezado baixo.” O que motivou o Quebra?

Para responder a esta simples questão, o autor precisou enfrentar o desinteresse acadêmico pelo tema, bem como os mitos construídos em torno do acontecimento, questionando esse silêncio imposto aos xangôs alagoanos, através de uma vasta revisão bibliográfica, circundado por um aporte teórico que nos leva à discussão do medo do feitiço, analisados por Evans-Pritchard e, no Brasil, por Yvonne Maggie, assuntos este postos em tela no primeiro capítulo. Foram as acusações de feitiçaria e as boas relações do governador Euclides Malta com os sacerdotes dos xangôs, que teriam motivado a turba a promover a destruição dos terreiros. Nesse ponto, percebemos as intensas relações que existiram entre o acontecimento e o momento político que se vivia em Alagoas, objeto de análise do segundo capítulo.

O autor constrói uma análise histórica e pormenorizada da oligarquia liderada por Euclides Malta, e que detinha o poder em Alagoas naquele início da história republicana, em que oligarquia, coronelismo, bacharelismo e poder local se imbricavam de tal forma que foram por muito tempo usados para definir o próprio regime político vigente. O certo é que Euclides Malta, cuja família era de proprietários rurais, formou-se em Direito em meio aos valores do bacharelismo, ao mesmo tempo em que foi ponte entre esses jovens bacharéis e a oligarquia local, constituída de coronéis e jagunços, imprimindo à política local um modo próprio de gerir os conflitos e tensões oriundos desses arranjos. Já governador, ficou conhecido como o “papa do xangô alagoano,” denominação jocosa que denota os temores e preconceitos que circundavam as idas do governante aos terreiros, seja para “consultas” ou mesmo para estabelecer conexões políticas. Mas foram essas conexões, além do medo que os “feitiços” suscitavam, que levaram a oposição política, representada pela Liga dos Republicanos Combatentes,

a tomar os xangôs como alvo de ataque naquele dia do “Quebra.” Nesse sentido, o livro tem o mérito de mostrar que para se analisar a história e antropologia das religiões de matriz africana no Brasil, não se pode prescindir de uma boa história social e política, analisando as relações, imbricações e tensões existentes entre as práticas religiosas e seus grupos e os grupos oligárquicos no poder.

Por outro lado, não há como não deixar de considerar que a história desses negros e negras, em Alagoas, ainda está cercada de silêncios. Pouco se sabe, ou pouco se estudou sobre a história social dos negros e negras, como se o silêncio que circundou os xangôs por tantas décadas tivesse também silenciado os intelectuais, historiadores, folcloristas e antropólogos, a despeito de trabalhos importantes levados a efeito sobre os negros em Alagoas, a exemplo de Manoel Diégues Júnior e Abelardo Duarte. Como estratégia, desenvolvida no terceiro capítulo, Rafael se cerca de uma ampla documentação jornalística que lhe permite acompanhar, através das páginas dos jornais, a vida social e cultural dos negros e negras pela Maceió daqueles anos, passando pela Casa de Detenção, pelas ruas oferecendo pequenos trabalhos, ou pelo carnaval, momento em que podiam expressar mais livremente suas práticas culturais. Panorama que funciona como preâmbulo para que o autor, no último capítulo, possa se dedicar a discutir com minúcias a formação da Liga dos Combatentes e a pormenorizar o “Quebra.” De tal forma que podem ser ressaltados alguns aspectos esclarecedores. O primeiro deles é que o ataque aos terreiros foi sistemático, não escapando da violência e da destruição nenhum dos mais conhecidos pais ou mães de santo da cidade, tendo sido atingidos também os pequenos terreiros na periferia. O segundo ponto ainda a chamar a atenção do leitor é a ausência do Estado e das instituições na tentativa de deter o “Quebra,” revelando o profundo enraizamento do mandonismo local no acontecimento, o que talvez explique a profundidade do silêncio que acobertou não só o acontecimento em si, mas as práticas culturais de negros e negras em Alagoas. O trabalho de Rafael, ao levantar essa capa de silêncio, é bastante eficaz, bem problematizado e com amplo cabedal teórico para deslindar essas questões teoricamente.

Uma questão que o livro suscita é a relação do antropólogo com o arquivo, pois é nos documentos históricos, principalmente nas crônicas jornalísticas, que o autor vai buscar material para sua etnografia. Sem deixar de operar no campo da Antropologia, onde se situam seus referenciais teóricos, Rafael nos incita a pensar sobre as relações que os intelectuais que buscam se aprofundar no estudo das religiões de matriz africana buscam estabelecer com a história, ou pelo menos, com aquela que é possível. Nesse sentido, o arquivo e as fontes históricas são tratados como “campo,” onde o autor procura produzir dados etnográficos, bem ao estilo já apontado por Carlo Ginzburg, que delinea os limites entre o saber produzido pelo antropólogo em campo, e o inquisidor em atuação (Ginzburg, *A micro-história e outros ensaios*, Rio de Janeiro, 1991, 203–14). Nem sempre encontramos as respostas que gostaríamos de ouvir. Mas a partir dela podemos levantar os indícios e pistas para um melhor entendimento da história.

A história que lemos é singular, em que não há uma grande diversidade de pontos de vista, porque não foi possível confrontá-la com uma experiência

etnográfica, no sentido clássico do termo. Assim como o historiador não pode acompanhar os acontecimentos, aqui também o autor teve que se contentar com as pistas e indícios contidos na documentação deixados pelos atores, documentação esta que por muito tempo ficou silenciada nos arquivos. O que sabemos sobre esses homens e sua religião sobre suas crenças, mitos, ritos, experiências? Ainda muito pouco. Mas não só sobre os negros e negras de Alagoas. Um dos maiores méritos do livro aqui resenhado é colocar em questão o silêncio que ainda tem pesado sobre esta história, em todo o Brasil.

*Isabel Cristina Martins Guillén*  
Universidade Federal de Pernambuco